



Ac. 20364
Ex. 11826

ANO I — Nº II

JUNHO

DE 1993

INFORMATIVO DO TJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA

A atual administração do TJE, vem procurando desenvolver um trabalho que assegure ao Judiciário espaço técnico e político junto aos demais Poderes do Estado. Neste sentido, a luta pelos recursos orçamentários, a isonomia salarial e as tentativas frustradas de exporem à opinião pública o Poder Judiciário do Pará, através de informações inverídicas, não podem ser vistas ou tratadas como fatos isolados, senão dentro desse contexto. A questão maior é lutar pela autonomia, pela consideração da especificidade dos serviços Judiciais e pela garantia de recursos e instrumentos que possibilitem à Justiça contribuir no atendimento da demanda social, que é crescente em países ou estados como o do Pará.

EDITORIA

2

JUIZADOS SE EXPANDEM PELO INTERIOR
INSTALAÇÕES DE NOVAS COMARCAS
CONSTRUÇÕES COM MODELO PADRÃO

3

PLANO DE INFORMATIZAÇÃO
Apresentado no dia 17 o Plano de Informatização para o biênio 93/95, pretende tornar o computador um instrumento de trabalho para o magistrado e demais servidores.

POLÍTICA SALARIAL E REAJUSTES PROPOSTA

4

ORÇAMENTARIA DO TJE
LICITAÇÕES INFORMATIZAÇÃO NAS CURTINAS: VIAGEM DA PRESIDENTE / DESEMBARGO HOMENAGEM AO DES. OSSIAM CANTO CORAL / EXPOSIÇÃO NO MUSEU / FORUM DE ANANINDEUA

5

DIREITOS E DEVERES IPASEP ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO LICENÇA MÉDICA PUBLICAÇÃO DOS ATOS DA CORREGEDORIA C

6

ANIVERSARIANTS

ENCERRAMENTO DO CURSO DE ÉTICA



COMPUTADOR DO TJE INTERLIGADO AO REMPAC



JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

CAPITAL — O prédio localizado na avenida Tamandaré, adquirido pelo TJE, onde funcionará o Juizado Especial de Pequenas Causas (JEPCs), já está com a infra-estrutura necessária para o imediato funcionamento, espera apenas a aprovação do Tribunal.

Foi feito o reparo no muro dos fundos que havia caído. Mobiliário e material de expediente já se encontram no interior do prédio.

O coordenador do JEPCs, Paulo Frota, juiz de Direito, juntamente com Luiz Paulo Malcher, responsável pela informatização do Poder Judiciário, já concluíram o programa para o juizado que atenderá desde o recebimento da reclamação até a audiência. Com esse procedimento o juiz coordenador espera melhorar cada vez mais os serviços prestados à população paraense.

INTERIOR — Por determinação da presidente do TJE, Des. Maria Lúcia Marcos dos Santos e sob a coordenação do juiz Paulo Frota, o Juizado de Pequenas Causas (JPCs), se expande pelo interior do Estado. Só este ano já foram instalados juizados em Capanema, Bragança e nos próximos dias, em Conceição do Araguaia, Itaituba, e Xinguara. As prefeituras locais tem dado apoio ao projeto com pessoal de apoio e em Conceição do Araguaia a prefeitura já destinou um prédio para instalar o juizado.

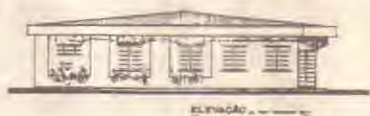
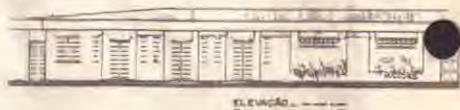
Alguns municípios já foram beneficiados com os JPCs, são estes: Santarém, Abaetetuba, Castanhal e Salinópolis. Dentro das possibilidades orçamentárias do Tribunal o projeto tende a se expandir.

Para instalação desses juizados é necessário a colaboração das comunidades locais. O juiz Paulo Frota reúne com vários segmentos, nas câmaras municipais e através de palestras sobre a justiça, mostra à população que os magistrados não podem ser responsabilizados por demoras nas conclusões dos feitos.

Coloca também que a própria legislação em muitos casos se apresenta ultrapassada e com excesso de formalismo, bem como número insuficientes de juizes, dificultam os trabalhos do judiciários e emperram os processos.

INSTALAÇÃO DE NOVAS COMARCAS

Em reunião Plenária realizada no dia 16 (dezesseis) de junho de 1993, o TJE aprovou parecer para instalação das seguintes comarcas: Benevides, Bom Jesus do Tocantins; Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Juruti. Limoeiro do Ajuru, Medicilândia, Ourilândia do Norte, Rurópolis, São Geraldo do Araguaia, São Francisco do Pará e Tailândia.



CONSTRUÇÕES COM MODELO PADRÃO

A Presidência do TJE aprova integralmente os modelos padrões para a construção de Fóruns (1.º Entrância) e residência do juiz para o interior do Estado. Os projetos foram elaborados pela equipe técnica do próprio Tribunal de Justiça e representa um marco no programa de valorização e de se oferecer melhores condições de trabalho. Inicialmente serão construídos nas cidades de Tailândia, Cameté e nas Comarcas em instalação no corrente ano.

INFORMATIVO DO TJE

Esta publicação é de responsabilidade da Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para divulgação das atividades desenvolvidas nesta gestão. As informações aqui veiculadas são contribuições das unidades organizacionais do Poder Judiciário. As informações das unidades devem ser encaminhadas até o dia 16 de cada mês para Departamento de Recursos Humanos ou na Secretaria de Administração, anexo II, rua Tomázia Perdigo. Colaboradores: Rui Noronha, Riza Márcia, Terezinha Farias, Ana Regina, Antonio Tavares, Antônio do Carmo e Glória Lima.

"Curso de Ética Para Juizes"

O curso de "Ética Para Juizes de Direito" promovido pela Escola da Magistratura do Pará, no período de 14 de maio a 4 de junho, no último dia foi marcado pelas presenças da desembargadora Nazaré Brabo de Souza, juiz Sídney Beneti do Tribunal de Alçada de São Paulo, Otávio Maciel, presidente da Associação dos Magistrados do Pará, professor Benedito Nunes (UFPA), José Carlos Castro, advogado dos Direitos Humanos e pelo coordenador da Escola, professor Adelino Noronha, que compuseram a mesa diretora da cerimônia de encerramento do evento.

Paulo Frota, juiz de direito falou em nome dos participantes colocando a importância do curso e agradeceu a iniciativa da Escola, sugerindo a realização de novos eventos.

Pelo corpo docente o juiz Sídney Beneti relevou a atitude pioneira da Escola, parabenizando-a na sistematização do curso, enfatizando que uma iniciativa como essa demonstra a preocupação dos magistrados paraenses na busca de aperfeiçoamento profissional. Em nome da Escola Paulista da Magistratura agradeceu o convite formulado e colocou-se a disposição para contribuições em outros eventos, demonstrando grande interesse em intensificar o intercâmbio entre as Escolas.

Após cerimônia foi oferecido um coquetel aos presentes que se prolongou até as 24 horas.

CURTINHAS

Viagem: A Des. Maria Lúcia, presidente do TJE, esteve em Brasília, de 22 a 24 deste mês, para audiência com o ministro Luiz Octávio Pires, presidente do Supremo Tribunal e para solenidade de posse dos novos dirigentes do Superior Tribunal de Justiça. Nos dias 25 e 26, esteve em São Paulo, para participar da Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado naquela capital.

Desembargo: O juiz Werther Benedito Coêlho, foi empossado no dia quatro, deste mês, ao cargo de Desembargador, na vaga deixada pelo Des. Ossiam Corrêa de Almeida. Cargo conquistado por seus 31 anos de função judicante.

Homenagem: O Des. Ossiam Almeida foi homenageado pelo TJE através da Presidente, no dia 25 deste mês com a "Medalha de Alta Distição Judiciária", na sessão solene realizada no plenário "Des. Osvaldo Pojucam Tavares", pelos serviços prestados ao Judiciário paraense. Esta comenda é uma das mais importantes que o Judiciário oferece aos desembargadores que se aposentam.

Cultura: O coral do TJE, se apresentou pela primeira vez no Teatro da Paz no dia 24 às 21 horas, com oito sopranos, sete contraltos, sete baixos e seis tenores, sob a regência do maestro João Bosco.

O coral foi criado em 18 de maio de 1990, através da portaria 0412, pelo Des. Almir Pereira, sob a regência do maestro Walter Aldo Ferlim Junior e pianista Edileine Barreto, até outubro de 1991.

Atualmente sob a regência do maestro João Bosco da Silva Castro e a coordenação da técnica judiciária Georgina dos Santos, tem participado de todas as solenidades oficiais do TJE.

Exposição: O Museu fará sua IV Exposição Aberta, no dia 26 de julho (abertura), em comemoração ao "Dia do Trabalhador Rural", onde pretende discutir os problemas existentes no meio rural. O Museu Judiciário está localizado no andar térreo do Palácio da Justiça. Venha conferir.

Ananindeua: O TJE está ultimando a compra do prédio onde será instalado o novo Fórum de Ananindeua, atualmente funcionando em precárias condições de instalações. O prédio já foi inspecionado pela equipe técnica da Secretaria de Administração e pela Diretoria do Fórum local e obteve a aprovação da Presidência, que determinou em caráter de urgência, em função da crescente demanda forense e o aumento do número de varas no município.

Publicação: A Corregedoria Geral da Justiça deverá publicar em breve, os Atos da Corregedoria, que incluem: Instruções, Portarias e Provedimentos, referente ao período de 1982 a 1992. A publicação será uma fonte de pesquisa fundamental para todos os que necessitem de informações sobre as decisões tomadas pela Corregedoria. A obra foi normalizada e editorada pelo Departamento de Documentação e Informação (DDI), através da Biblioteca "Des. Antonio Koury".

Curso: A pedido da Divisão de Documentação e Arquivo do TJE o Arquivo Público do Estado está propiciando gratuitamente aos servidores da Divisão, o aprendizado de "Técnicas de Higienização e Restauração de Documentos, sob a orientação do prof. João Lopes do Arquivo Público.

Pelo Arquivo do TJE, foram as servidoras; Socorro Lima e Dolores Tavares que receberam o aprendizado. Atualmente encontram-se realizando o curso os servidores; Kenard Figueiredo e Luiz Godinho, lotados no Museu Judiciário.

Fazendo acontecer: O Departamento de Recursos Humanos está elaborando projeto na área de Integração Social (Lazer), o qual será encaminhado à Secretaria de Administração para apreciação e posterior consideração e decisão da Douta Presidência deste Tribunal.

POLÍTICA SALARIAL E REAJUSTES

A partir do próximo trimestre, com base nos números do Quadro Demonstrativo de Cotas Trimestrais (QDQT), o TJE vai trabalhar em cima de uma política salarial que atenda as expectativas do seu quadro funcional, e dentro do princípio de autonomia e especificidade do Poder Judiciário. Até a presente data e com base nos cálculos dos índices acumulados, a perdas salariais dos últimos meses.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO TJE

Procurando desenvolver um trabalho integrado que garanta a eficiência no uso dos recursos do TJE, a Assessoria de Planejamento está solicitando as diversas unidades do Tribunal que informem as programações do próximo ano, a fim de consolidá-las na proposta global.

LICITAÇÕES NO TJE

Neste ano de 1993 o Tribunal de Justiça do Estado já efetivou 65 (sessenta e cinco) Processos de Licitação, sendo 7 (sete) de Tomadas de Preços e 58 (cinquenta e oito) a nível de Carta-Convite, para diferentes tipos de empresas, tais como: Construção, Reformas de Móveis, Equipamentos para Informática; serviços de Engenharia Elétrica e Instalações, Aquisição de Bens Móveis, Material de Consumo e Serviços de Limpeza, Manutenção, Impressos Gráficos, etc. A comissão Permanente de Licitação não mede esforços no cumprimento da enorme demanda e portanto apresentamos os nossos parabéns à valorosa equipe.

PLANO DE INFORMÁTICA

O Plano de Informática do TJE para o biênio 93/95 está sendo viabilizado por etapas, tendo a frente Luiz Paulo Malcher, mestre em informática que esclarece que; foi necessário uma mudança da estratégia até então adotada, transformando o computador num instrumento de trabalho para o magistrado e não somente usado para o controle processual.

Nesse sentido o Tribunal está adquirindo a primeira parcela de equipamentos. Está também adaptando uma sala, onde funcionava a distribuição dos Diários Oficiais, para treinamento de magistrados e demais servidores que irão operar os micros.

Será necessário também uma reforma na rede de energia elétrica do Palácio da Justiça, que deverá acontecer nos próximos dias. No anexo II já foi realizada a reforma elétrica e já está sendo implantado a informatização do sistema orçamentário financeiro, como também o cadastro único dos servidores do Poder Judiciário. O controle do patrimônio; do mobiliário e do almoxarifado está sendo desenvolvido sua informatização.

A interligação do TJE aos demais Tribunais Estaduais e Superiores, foi apresentada no dia 17 passado à comunidade, a efetivação de sua ligação a Rede Nacional de Comutação de Pacotes — RENPAC — Via Embratel, podendo agora trocar dados do tipo jurisprudência e legislaturas, como todas as constituições brasileiras, através de seus computadores, eficientizando assim a pesquisa jurídica.

Deverá também o TJE, informatizar sua jurisprudência para dar acesso, num futuro próximo a todos aqueles que se ligarem ao RENPAC.

A INFORMATIZAÇÃO EM EXPANSÃO NOS FÓRUNS

Os Fóruns Cível e Criminal já contam com um sistema automatizado de controle processual. No Cível as resenhas dos cartórios oficializados já estão informatizados, como também dos cartórios privativos do 1º e 2º ofícios, devendo se estender aos demais cartórios.

A Central de Mandados também já entrou na informatização. A distribuição dos mandados é realizada no mesmo dia em que os cartórios entregam, na Central. Os mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, são entregues aos cartórios, também no mesmo dia, sempre das 12 às 13 horas, os que passam desse horário, são entregues no dia seguinte.

Com isso é feito um rigoroso controle de cumprimento de mandados. É possível agora saber diariamente quantos mandados estão retidos pelos 75 oficiais de justiça lotados no Cível, o que permite a cobrança do referido cumprimento, que é encaminhado mensalmente à Corregedoria Geral.

No Fórum Criminal a prioridade foi a criação do banco de dados de antecedentes criminais, pois a pesquisa manual feita nos pesados livros de registro, causam uma demora de pelo menos oito dias para emissão de certidões de antecedentes. 30 por cento dos livros de registros já estão armazenados em memória magnética, mas o resultado prático, só poderá ser constatado quando forem armazenados pelo menos 60 por cento dos livros, o que acontecerá com a chegada de terminais de computadores que o TJE está adquirindo.

IPASEP

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O IPASEP é uma autarquia pública e estadual que tem como objetivo proporcionar a Previdência e Assistência aos seus beneficiários.

Quanto aos benefícios oferecidos. Pensão, pecúlio, auxílio natalidade e auxílio funeral.

Quanto aos serviços ofertados: Assistência à saúde, assistência financeira, assistência hospitalar e assistência social.

O que entende-se por beneficiários: todos os segurados e seus dependentes.

São segurados obrigatórios: todos os servidores, caso não sejam contribuintes obrigatórios do Órgão Previdenciário Nacional.

São segurados facultativos os ocupantes de cargos em comissão.

São dependentes:

I — O cônjuge, a companheira ou companheiro e os filhos menores de 21 anos e maiores inválidos de qualquer condição;

II — O enteado de qualquer ordem;

III — O menor que por ordem judicial encontre-se sob a guarda do segurado;

IV — O menor tutelado sem condições para seu sustento e educação;

V — A mãe inclusive adotiva, viúva, solteira, disquitada, separada judicialmente ou divorciada, o pai inválido ou de 70 (setenta) anos desde que comprovadamente vivam na dependência econômica do segurado, e desde que não tenham rendimentos próprios.

Irmãs ou irmãos solteiros menores de 21 anos ou maiores inválidos na dependência econômica do segurado;

VII — O neto menor de 18 anos ou maior inválido dependente economicamente do segurado inscrito previamente;

VIII — Pessoa indicada pelo segurado, maior de 70 (setenta) anos que não possua meios para seu sustento inscrito previamente.

ALERTA:

I — O enteado, o menor que se ache sob a guarda do segurado e o menor tutelado, terão os mesmos direitos atribuídos aos filhos;

II — O cônjuge separado judicialmente ou divorciado, por abandono do lar, deixará de usufruir esses benefícios e serviços;

III — O segurado poderá inscrever para efeito de assistência médica ou odontológica o filho de qualquer condição até 24 (vinte e quatro) anos de idade, se estudante de curso superior em estabelecimento de ensino oficializado, desde que não exerça função remunerada.

O Departamento de Recursos Humanos com o objetivo de melhor esclarecer e orientar aos nossos servidores, quanto ao Alerta divulgado no Informativo de nº 01, de que trata de licença médica, informa:

Do procedimento junto ao serviço médico do TJE — O funcionário deverá procurar o serviço médico no dia em que adoecer. Caso haja impossibilidade de comparecer pessoalmente, deverá telefonar para solicitar a visita médica em sua residência, deixando o nome e endereço;

— Os atestados médicos ou as justificativas de faltas, só serão aceitos até 72 horas após o primeiro dia de afastamento;

— Todos os atestados (particulares, SUS, IPASEP etc, serão analisados pelo serviço médico do TJE)

O art. 145, parágrafo 2º do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, já tem nova redação pela Lei 4.959 de 13.4.81:

Art. 145 — Será concedida ao funcionário, a cada período de cinco (5) anos de serviço público efetivo, uma gratificação adicional no valor de cinco por cento (5%) de seu vencimento, até o máximo de sete (7) períodos.

Parágrafo único — Considera-se também tempo de serviço público efetivo, para efeito de percepção de gratificação adicional o prestado pelo funcionário a União, aos municípios e aos órgãos de administração descentralizada, inclusive fundações criadas por lei.

Agilidade automática

O benefício previsto no artigo acima, vem sendo entendido aos magistrados e servidores deste Poder, mediante o primeiro pedido de aquisição de quinquênio, quando o Serviço de Contagem de Tempo de Serviço, após conclusão desse direito expedirá automaticamente o Mapa Demonstrativo ao Departamento de Recursos Humanos, mensalmente.

PARABENIZAMOS OS ANIVERSARIANTES DO MÊS, PELA PASSAGEM DE SEUS NATALÍCIOS

ANIVERSARIANTES DE JUNHO

Luiz Barreto Tiju de Castro - 2, Rita de Cássia Miran-da Silva - 2, Dr. Carlos Alberto Flexa de Oliveira - 3, Dra. Silvana Maria de Lima e Silva - 3, Mário da Paixão Lima - 3, Paulo Roberto Rodrigues Cecim - 3, Maria de Fátima Teixeira Ribeiro - 4, Altair Lins da Silva Leal - 5, Desembargador José Alberto Soares Maia - 5, Nelma Lúcia Souza da Silva - 5, Valério de Melo Alves - 5, Juiza de Direito Dra. Maria Elvins Gemaque Taveira - 6, Juiza de Direito Dra. Sônia Maria de Macedo Parente - 6, Graciete Wanderley de Oliveira - 6, Raimundo das Chagas Filho - 6, João Lessa Pena - 7, Antonio Carlos Pinheiro de Carvalho - 8, Antonio Waldercleide Magalhães - 9, Juiz de Direito Dr. José Coriolano da Silveira - 9, Dr. Ricardo Ferreira Nunes - 9, Dra. Osmarina Onadir Sampaio Nery - 9, Luiz Gonzaga Monteiro Godinho - 9, Rosana Monteiro Paixão - 9, Juiza de Direito Dra. Isolina Sales de Lima - 10, Maria Helena Catunda Marques - 10, Maria José de Lima Nunes - 10, Maurício César Mendes Rocha - 10, Glória Célia de Oliveira Farias - 11, Nuncia Fernanda Santos Lopes - 12, Juiza de Direito Dra. Sandra Maria Aragão Klautau - 13, Henrique Antonio Marques de Moraes - 13, Juiz de Direito Dr. Antonio Cláudio Von-Lorhman Cruz - 14, Juiza de Direito Dra. Maria Edwiges de M. Lobato - 14, Kenard Figueiredo Cohen - 14, Simone de Clairefont Dias Cruz - 16, Armando da Silva Soares - 17, Juiza de Direito Dra. Rosi Maria Gomes de Farias - 17, Juiza de Direito Dra. Rosa de Fátima da C. Navegantes - 17, Isolda Maria Borborema Rebelo - 17, Pretora Dra. Miriam Pinho Pereira - 19, Angela Terezinha de Souza Coelho - 19, Emar do Nascimento Pires - 19, Manoel Mendes Farias - 19, Irene Carvalho dos Santos - 21, João Romanholo Ferreira - 21, Miguel Seuma Filho - 21, Ana Carla Bentes de Sena - 22, Juiza de Direito Dra. Maria Rita Assunção R. de Lima - 22, Jacylene Santos Amaral José Maria dos Santos - 22, Paulo César Barreto - 22, Juiza de Direito Dra. Maria das Graças A. Fonseca - 22, Edeltrudes Maria Castro dos Santos - 23, João Alves da Costa - 23, João Batista Paixão Farias - 23, Raimundo Correa dos Santos - 23, Desembargador Raimundo M. de Mendonça Filho - 24, Alda Lúcia Duarte da Costa - 23, Maria Rosa Lopes Gonçalves - 26, Selma Tuji de Castro Franco - 26, Raimundo Barbosa - 27, Pretora Dra. Maria Lúcia Xavier H. L. Aque - 28, Desembargador Pedro Paulo Martins - 29, Pedro Elzeman de Lima Bittencourt - 29, Raimundo de Costa Santos - 29, Juiza de Direito Dra. J. N. Cham. 341.3

Titulo: Informativo TJPA.

ANIVE

Jerine
Gomez - 1,
valcante -
Merabet -



1826
20364

Corra de Menezes - 2, Juiza de Direito Dra. Maria de Ives-
zará S.G. Santos - 3, Raimundo Ary Maia Pereira - 3, Evan-
dro dos Anjos Santos - 4, Raimundo Duarte Rodrigues -
4, Juiza de Direito Dra. Ana Tereza Sereni Murrieta - 5,
Edmundo Rodrigues Cal - 5, Elba Caçalla Alves de Souza
- 5, João Carlos Sarmanho - 5, Valdir Raimundo Marques

- 5, Pretor Dr. Manoel Pedro Carvalho D'Oliveira - 6, An-
tonio do Carmo F. da Silva - 7, José Antonio dos Santos
- 7, Katia Esmelinda Aragão Lima - 7, José Maria da Silva
Souza - 8, Pretor Dr. Sebastião Martins Ferreira - 9, Juiza
de Direito Dra. Maria V. Torres do Carmo - 9, Maria Apa-
recida da Silva Farias - 9, Américo Hortêncio da Cruz - 10,
Maria Leonor Rosa da Silva - 10, Darlene Brags Fernan-
des do Salgado - 11, João Carlos Veloso Rodrigues - 11,
Maria Raimunda R. Vom Paungarten - 11, Raimundo Fer-
reira Monteiro - 12, Juiza de Direito Dra. Ana Selma da
Silva Timoteo - 13, Pretora Dra. Zuleide Pimentel Leite -
13, Maria de Fátima Martins Cunha - 13, Ana Ramos de
Barros - 14, Gilberto Nazareno de Oliveira Moura - 14, Cé-
lia Angélica Dias Lobo - 15, Juiza de Direito Dra. Eva do
Amaral Coelho - 15, Maria do Carmo Lobato Rossy - 15,
Pretor Dr. Carmelino Soares das Dores - 16, João Ronal-
do da Silva - 16, Ana Marly Lima Jasse - 17, Luiz Guilher-
me Leitão - 17, William Tavares da Silva - 17, Nilo dos
Santos Rocha - 18, Albino Abreu Nogueira Filho - 19, Ar-
lete Barbosa Guimarães - 19, Des. Lidia Dias Fernandes
- 19, Vicente de Paulo Santiago - 19, Juiza de Direito Dra.
Edite da Costa Pantoja - 20, Myriam Viegas Carvalho - 20,
Juiza de Direito Dra. Helena Percília de A. Dorneles - 21,
Sandra Magali Passos Tonetti - 21, Juiza de Direito Dra.
Terezinha Martins da Fonseca - 22, Joana Celis de Assis
Silva - 22, Jorge Antonio Gaby - 22, Manoel de Jesus Ba-
tista dos Santos - 22, Raimundo Luis Melo do Nascimento
- 22, Sagio Alfredo Brabo de Araújo - 22, Almiro
Carvalho de Oliveira - 23, Maria das Graças Oliveira Da-
masceno - 23, Creusa Henriques Brito - 24, Ana Lúcia Ba-
rata Barros - 25, Juiza de Direito Dra. Maria Santana
Marques Tavares - 25, Maria de Jesus Silva Lima - 25, Pau-
lo Pascho Gusmão - 25, Silvana Maria Mendes Farias -
25, Ana Fátima de Almeida Maia - 26, Gengis Freire de
Souza - 26, Maria José Prazeres C. de Macedo - 26, Naze-
reno de Jesus Pureza da Costa - 26, Cristovão Amaral Nu-
nes - 27, Juiza de Direito Dra. Edineia Oliveira Tavares -
29, Juiza de Direito Dra. Maria do Carmo Sarmento Araújo
- 29, Afonso José Lobo Pinheiro - 30, Liliam Maria Pereira
dos Santos - 30, Marlene Coutinho Almeida - 30, Cirineu
Peres Gusmão - 31, Juiz de Direito Dr. João Duarte de Oli-
veira - 31, Juiza de Direito Dra. Maria do Ceo Maciel Cou-
tinho - 31, Sérgio Roberto O. de Vasconcelos - 31.

MENSAGEM

dade.
e bela, que brilha
ros. Ela é silencie-
la e natural, sem
ela.
cê, não se prenda
orna fútil e vazio-
nte e espírito e cul-

tive o hábito sadio da simplicidade.
Sendo espontâneo e natural, seus valores serão
reconhecidos por todos, assim com a lua que brilha
na noite dos tempos, sem que ouçamos dela a voz
da validade.